

## **As relações bilaterais entre o Brasil e República Popular da China - seus antecedentes e o período do governo Geisel.**

*Daniele de Almeida Simas* \*\*

### **Introdução**

As relações entre o Brasil e a China remontam ao século XIX, com a imigração de chineses, em 1810, para trabalharem na plantação de chá, no Rio de Janeiro. Em 1880, os respectivos governos assinaram um Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecendo igualmente no mesmo dia deste tratado as relações diplomáticas.

Segundo a visão de Severino Bezerra de Cabral, desde o início do século XX, os eventos e mudanças ocorridos na China não fogem aos olhares de intelectuais brasileiros interessados em opinar sobre os mesmos. Na verdade, segundo ele, a história do Brasil, desde o princípio, está relacionada com a China, dentro do contexto do episódio das navegações portuguesas e do Descobrimento do Brasil, sendo que nos primeiros séculos da fundação da nacionalidade brasileira, o País possui intenso contato cultural com o mundo asiático, como provam vários elementos da cultura brasileira (CABRAL, 2004)

E ainda diz que o marco firmado pelo estabelecimento das relações diplomáticas do Brasil com a República Popular da China em 1974 é de grande relevância, no que diz respeito ao perfil da relação do Brasil com a China e para estabelecer linhas de ação para o futuro. Não obstante, é interessante examinar, primeiramente, o contexto em que se deu o estabelecimento de relações entre esses dois países. Partindo desta premissa, faz-se necessário explicitar alguns fatos importantes na trajetória da relação, sem os quais a dimensão da compreensão das relações tornar-se-ia incompleta, sobretudo o contexto em que se deu o estabelecimento das relações

---

\* Mestranda do programa de História Comparada da UFRJ

diplomáticas. Contudo, é preciso recuar um pouco no tempo e avaliar os antecedentes deste marco, já que os princípios norteadores da aproximação com a China Comunista estavam presentes no período da chamada política externa independente, processo este interrompido com o golpe militar de 64, mas retomado, ainda que em um contexto diferente, na década de 70, na política do Pragmatismo Responsável e Ecumênico de Geisel.

Quando da proclamação da República Popular da China, o Brasil não a reconhece de imediato, em 1949, e mantém relações diplomáticas com o governo de Formosa como representante legal da China. Esta era a época da Guerra Fria, o Brasil havia optado por manter os valores e sistemas ocidentais. A adesão do país ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947 é representativa deste processo, já que é um sistema de defesa pró-americano e pró-ocidental. Optamos por não manter relações com países comunistas, tanto que em 1946, rompemos relações com a URSS.

Segundo o diplomata Sérgio Caldas Mercador Abi-Sad, em meados da década de 40 e também na década de 50, a política externa brasileira era bem mais restrita e limitada economicamente, o país ainda buscava uma industrialização acelerada do aparelho produtivo, de acordo com o modelo preconizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cujo principal formulador foi o economista Raul Prebisch. A política externa brasileira atuava num âmbito mais específico, por conta de exigências de seu aparelho institucional interno no sentido de intercâmbios, assistência e cooperação do estrangeiro. Segundo ele, então, nossa atitude em termos de política externa seria menos incisiva e menos integrada às grandes correntes de intercâmbio mundial. Outro motivo relevante é que neste período, a Ásia não era um pólo de interesse específico do Brasil, excetuando-se o Japão, parceiro já tradicional da Ásia, por conta dos programas econômicos. Em 1960, chegou a ser pensada a possibilidade de o Brasil reconhecer a RPC, tendo em vista o contexto da política externa independente, portanto com perfil mais pragmático. Inclusive em 1962/1963, no período do governo Goulart, várias informações circulavam sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC. Porém, isto só aconteceria uma década depois. Já com os países do Leste europeu e URSS as normalizações das relações deram-se neste período mesmo, no início década de 60. Nesta época, inclusive, a chamada “missão Dantas” foi a diversas capitais do Leste

Europeu para estimular um intercâmbio comercial maior, demonstrando uma mudança no tratamento aos países socialistas (ABI-SAD, 96:183-184)

### **As relações Brasil-RPC sob a ótica da Política Externa Independente.**

Ao tratar as relações bilaterais entre o Brasil e a República Popular da China, a partir de 1974, há que se ter em mente que embora este seja um marco importante no âmbito de suas relações, sendo estabelecido o Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, este estabelecimento, antes de ser fruto da conjuntura na qual se insere, é igualmente um desdobramento da chamada política externa independente. Até porque os princípios norteadores da chamada política externa independente mantêm-se na sua essência, a partir do período do Governo Geisel, interrompido apenas a partir do golpe de 1964. A aproximação com os países do Sul – as chamadas relações Sul-Sul, a diversificação de parcerias comerciais e uma política externa diretamente ligada à questão do desenvolvimento encontra-se no horizonte de pensamento da nossa política externa. Em 1961, um evento de importância fundamental foi a visita do vice-presidente João Goulart à China, convidado pelo então Presidente Jânio Quadros. Esta visita se deu em função de que a República Popular da China havia formulado o convite para que o Brasil enviasse uma missão incumbida de estudar as possibilidades de intercâmbio comercial. O Brasil, por sua vez, buscava uma diversificação de seus parceiros comerciais frente à crise econômica em que se encontrava. Na viagem de Goulart a Beijing, este chega a propor ao governo chinês o estabelecimento de uma representação comercial permanente em cada um dos dois países. Segundo palavras de Afonso Arinos de Melo Franco, em seu livro de memórias Planalto:

”As finalidades da missão, não políticas, apareciam claramente expressas. Firmavam-se “no propósito da administração de promover substancial expansão no comércio internacional do Brasil, à vista da imperiosa necessidade de um vigoroso desenvolvimento econômico do país” (FRANCO, 1968:165-167)

Fica claro, pois, para Afonso Arinos, que ainda não se faria um acordo diplomático, havia apenas o intento de troca de missões comerciais. Tal missão de João Goulart, era

composta pelo diplomata Araújo Castro, os senadores Barros Carvalho e Dix- Huit Rosado, os deputados Gabriel Hermes e Franco Montoro, além de vários representantes das agências econômicas e financeiras do governo e membros das associações produtoras. Esta delegação foi recebida por dois grandes líderes da China, Mao Tsé-Tung e Chu En-Lai, dando-se, portanto, os primeiros passos para o estabelecimento de um diálogo comercial e econômico entre os dois países, processo este interrompido em 1964, com o golpe militar. Segundo Paulo Vizontini, a PEI respondia à atitude dos Estados Unidos em relação à América Latina, tratada com “descaso” até Revolução Cubana, processo este caracterizado pela ausência de investimentos públicos para a área de infra-estrutura e de bens de capital. Tal fenômeno fazia com que as nações latino-americanas fizessem uma pressão política e econômica, visando diminuir suas relações de dependência e buscando o desenvolvimento nacional. (VIZENTINI, 2004:131-132)

De acordo com artigo escrito por Letícia Pinheiro, Goulart anuncia ainda à imprensa que o governo brasileiro votaria favoravelmente à inclusão do debate sobre a admissão da RPC na ONU durante a XVI Sessão da Assembléia Geral (PINHEIRO, 1993). Da mesma forma em Fevereiro de 1961, Afonso Arinos declara, em entrevista à imprensa nacional, que o Brasil era favorável à discussão da entrada da China Comunista na ONU. Isto evidencia, segundo Patrícia Soares Leite, uma mudança de orientação na política externa brasileira, já que até então havia votado contra esta proposta. Ainda segundo ela, San Tiago enfatiza a questão da manutenção da paz mundial (LEITE, 2008). A seguir um trecho deste discurso:

Como poderia uma Nação, cônica de suas responsabilidades e sabendo o que significa uma comunidade das proporções da China continental, armada e em condições de armar-se ainda, fora dos quadros das Nações Unidas, concordar indefinidamente em que esse assunto não fosse sequer examinado (DANTAS, 1961:463-464)

Logo, a entrada da China Comunista na ONU, estava ligada ao fato de ela poder se inserir nos quadros de normas e convivência mundial baseados na manutenção da paz. Este era um tópico típico dos países do Terceiro Mundo, em contraposição à ordem estabelecida pela tensão Leste-Oeste. Contudo, além desta defesa da paz, havia um relevante interesse comercial com a China. Pode-se perceber inúmeras iniciativas para se

desenvolver o comércio entre ambos os países. Dentre estes produtos que estavam na pauta do comércio para a China, destacam-se: café, cacau e derivados, madeira, bens industriais de consumo. A contrapartida, pela parte chinesa, dava-se por máquinas, ferramentas, perfuratrizes, carvão e chumbo.

Para Paulo Fagundes Vizentini, as bases internas da PEI, estão: 1) na emergência das massas, fruto não só do aumento da população urbana e da consolidação das classes médias urbanas, a burguesia, o operariado e outros segmentos populares das cidades, mas também da sua articulação no plano político, e se dava, sobretudo, através do nacionalismo e de um projeto comum de desenvolvimento que relativizasse a crise socioeconômica que se abatia sobre o país. Convivia-se com a depreciação dos preços dos produtos primários exportados pelo país, sendo que o volume de exportações e o de importações estavam muito aquém das necessidades da economia. As divisas estavam num nível muito baixo, enquanto as remessas de capital para o exterior eram num nível muito maior que o seu ingresso. Houve aumento da taxa de desemprego, alta inflação com elevado custo de vida, salários baixos, além da intensificação de tensões políticas no Nordeste, por exemplo; 2) As necessidades externas do desenvolvimento industrial. Era preciso sanar diversos problemas, como a obtenção de divisas para poder importar bens de capital, exportação de produtos primários de escoamento limitado, a sustentação de seus preços, a busca de investimentos e tecnologias estrangeiras. Paulo Fagundes Vizentini coloca que este quadro, explicitado anteriormente, ocasiona não apenas tensões nas relações internacionais, mas faz com que o país procure reverter o mesmo, já que agravava profundamente os antagonismos sociopolíticos presentes dentro dele. Portanto, os problemas só seriam resolvidos na medida em que tivesse crescimento econômico e a distribuição, mesmo que desigual dos bens advindos deste processo. (VIZENTINI, 2004: 124-126)

Neste período podemos observar igualmente no discurso de autoridades brasileiras a questão da polaridade Norte-Sul, e países desenvolvidos e subdesenvolvidos, aproximando a nossa política externa de um discurso terceiro-mundista. Busca-se, portanto, novas parcerias, não somente no âmbito hemisférico, como foi a OPA, com Juscelino Kubistcheck, mas a sua ampliação para os países recém-independentes da Ásia e da África, embora o Brasil proclamasse sua identidade como pertencente ao mundo

cristão ocidental, como podemos perceber no trecho do discurso de posse de Afonso Arinos:

A nossa contribuição ao mundo cristão-democrático, ao qual indiscutivelmente pertencemos, só será efetiva na medida em que [...] assumirmos a responsabilidade de exprimir as aspirações e reivindicações que estamos no dever e em condições de manifestar[...] O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de ligação entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais”(FRANCO, 1968:62).

É neste contexto, portanto, que se insere a viagem do vice-presidente João Goulart à China, em 1961, conforme explicitado anteriormente.

Uma outra questão a se pensar é que de acordo com Amado Cervo, a Política Externa Independente teria sido o desdobramento da Operação Pan-americana do governo de Juscelino Kubitschek. Para o autor, a nova ordem mundial passou a ser vista não mais em termos de conflito Leste-Oeste, mas sim entre Norte, desenvolvido, e o Sul, subdesenvolvido. (CERVO, 1986:77)

Em 1964, quando ocorreu a queda do governo Goulart, alguns cidadãos chineses encontravam-se no Brasil em missão do conselho para promoção do comércio exterior e da agência noticiosa Nova China (Xinhua). Nove desses chineses foram detidos por autoridades policiais brasileiras, o que provocou protestos da RPC. No ano seguinte, esses chineses foram autorizados a deixar o Brasil, chegando a Pequim no dia 21 de abril de 1965.

### **O período do governo Geisel**

O Brasil e a RPC convergem em várias questões no sentido de suas reivindicações no cenário internacional. Isso significa uma convergência em termos de política externa. É imprescindível, portanto, não falar das relações entre o Brasil e a RPC sem tocar na problemática do chamado “ Terceiro Mundo”. Entende-se por Terceiro Mundo, aqui os países recém independentes da Ásia e da África e a América Latina. Esta concepção baseia-se na Teoria dos três mundos formulada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy

,sendo a mais próxima da que se conhece atualmente No comunicado Conjunto sobre o estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China,de 15 de Agosto de 1974,observa-se que

“ Os dois Governos concordam em desenvolver as relações amistosas entre os dois países com base nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial ,não-agressão ,não-intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro,igualdade e vantagens mútuas e Coexistência Pacífica” .

Todas estas idéias norteiam os princípios almejados por grande parte dos países do terceiro Mundo. Observa-se,portanto,o interesse no mais alto grau das relações diplomáticas entre os dois países.Obviamente ,o intercâmbio comercial se coloca como um dos aspectos a serem ressaltados neste comunicado.Segue um trecho do discurso do chanceler brasileiro, Antônio F.Azeredo da Silveira:

A missão que trouxe Vossa Excelência ao Brasil tem também o propósito de lançar as bases para o nosso intercâmbio comercial.Não é mera coincidência que assim seja.Constitui o comércio importante veículo para o entendimento entre as nações.Estamos certos de que esse será ,também,o caso entre as nossas.(Silveira,1975)

Tal questão situa-se,portanto,como reflexo da crise dos anos 70,a qual atinge profundamente os países do “Terceiro Mundo”,e que leva os mesmos a diversificarem suas parcerias comerciais a fim de contorná-la.Por outro lado,a opinião de Danielly Silva Ramos, é de que :

a intenção política prevaleceu sobre o argumento econômico no momento da tomada de decisão em favor do estabelecimento de relações diplomáticas com a China, tendo sido considerados subsídios de peso na posição adotada por Geisel tanto o prestígio internacional adquirido pela RPC quanto a convergência de interesses existente entre os dois países, observada pela adoção de posições semelhantes em diversas questões discutidas em foros internacionais.(RAMOS,2008:69)

Em meio a Guerra Fria, paralelamente à hegemonia dos dois blocos ,a do comunista e capitalista,emerge um movimento de pressão advindo da emancipação dos povos

colonizados,na maior parte das vezes identificados com o subdesenvolvimento e pobreza,se bem que surgiu posteriormente a denominação do “quarto mundo” referente a países extremamente pobres,com modesta estrutura de recursos,um nível econômico-tecnológico,não menos modesto e populações majoritariamente rurais ,extremamente deseducadas ,segundo citação de Hélio Jaguaribe(WOLKMER,1991:15).Este grupo de países almeja a independência,neutralidade frente à tensão dos blocos hegemônicos,embora muitas vezes isso não seja possível.Estes países pertencentes ao chamado “ Terceiro Mundo” geralmente possuem em seus discursos a condenação ao colonialismo,à discriminação racial,à corrida armamentista e defendem a autodeterminação ,a igualdade de direitos,o não –alinhamento e um desenvolvimento de caráter mais autônomo. No caso do Brasil e a RPC,encontra-se a idéia em muitos estudiosos do tema de relações entre o Brasil e a RPC de que ambos são países de dimensões continentais e convergem em temas tais como energia nuclear, meio ambiente,direito do mar, direitos humanos e defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional de cunho terceiro-mundista,portanto,mais justa,equitativa e que representasse os interesses dos países em desenvolvimento.Para além do interesse no mercado chinês,obviamente de grandes proporções,há outros,portanto,estratégicos de ambas as partes,inclusive,de formar alianças frente à qualquer tendência hegemônica.Isto fica evidente,sobretudo no mundo pós-guerra fria.

Azeredo da Silveira no seu discurso na RBPI sobre a Nova Ordem Econômica Internacional,coloca o Brasil no rol dos países em desenvolvimento.Segue trecho do discurso:

Por sua situação especial no mundo de hoje,o Brasil sofre limitações muito peculiares na sua capacidade de atuação internacional.Embora tenhamos problemas típicos de países em desenvolvimento,as dimensões de nossa economia nos distinguem de tal forma que,quer entre países em desenvolvimento quer entre países desenvolvidos,somos tidos por muitos como um caso à parte,mais corretamente colocados se do lado dos desenvolvidos.Nosso progresso nos dá a fama de havermos sido,talvez,o primeiro país a vencer a insuperável barreira que separa as classes de países,sem nos dar os proveitos de pertencer ao novo clube.Na verdade,por mais que nos possamos sentir lisonjeados com essa promoção,o fato é que comungamos com os países em desenvolvimento na maior parte de nossos

problemas e que são raros, raríssimos mesmos, aqueles aspectos de nosso desenvolvimento econômico e social que nos põem a par com o já alcançado e, sobretudo, com as possibilidades de transformação latentes nos países já plenamente desenvolvidos. (SILVEIRA, 1975:16-17)

Segundo Carlos Tavares de Oliveira, os empresários de comércio exterior tiveram decisiva participação no reatamento das relações entre o Brasil e a RPC. O pioneiro, foi, então, o paulista Horácio Sabino Coimbra, o primeiro empresário brasileiro a visitar e a negociar com a RPC, em Outubro de 1971. Em um trecho do seu depoimento, Coimbra responde confiar na possibilidade de que, com paciência e perseverança inscreveriam a China na categoria de grande mercado comprador e fornecedor do Brasil. É justamente para isso que nossas empresas vêm trabalhando nos esforços de serem recompensadas mais tarde (OLIVEIRA, 1990:189)

Não obstante, o interesse dos parceiros em promover a cooperação bilateral, as relações caminharam lentamente nos primeiros anos desde o estabelecimento oficial de laços diplomáticos, em agosto de 1974. Na China, por sua vez, ocorriam mudanças políticas internas a partir da morte de Zhu En-lai e Mao Zedong, e as necessidades de ajustes nos projetos de reforma econômica e de melhorias de infra-estrutura foram um fator dificultoso. Da mesma forma que o Brasil, a China vivia uma carência de recursos para incrementar as relações Sul-Sul. As distâncias físicas e culturais e o conhecimento incipiente das realidades nacionais contribuíram para a falta de entendimento mútuo.

Foi após a assinatura do primeiro Acordo Comercial (1978), que o comércio bilateral foi ampliado significativamente. Para demonstrar esse avanço, a corrente de comércio, que em 1974 foi de apenas US\$19,44 milhões, ultrapassou a cifra de US\$202 milhões em 1979, de acordo com os dados colhidos no trabalho de Danielly Silva Ramos. Dentre os produtos que o Brasil forneceu à China no período da segunda metade da década de 1970, 50% das exportações foram de algodão, açúcar, semente e farelo de soja. De 1974 a 1977, os elementos químicos e produtos farmacêuticos equivalem a mais de 67% das compras brasileiras realizadas na China. E a partir de 1978, o petróleo passa a representar mais de 95% na pauta de importados chineses. (RAMOS, 2008:81)

Porém, um dado importante é que o aparecimento de condições para se retomar o entendimento do Brasil com os Estados Unidos, a partir de 1976, fez com que parcerias alternativas perdessem força e alcance, e, logo, sua importância primordial. Somente na década de 80, as relações ganham maior relevo para além desta fase, denominada, pois por Danielly Silva Ramos de embrionária. (RAMOS, 2008:71)

Segundo Paulo Vinentini, dentre os governos militares, o do General Geisel foi aquele que desenvolveu uma política externa mais ousada. Contudo, ainda segundo o autor, o chamado Pragmatismo Responsável e Ecumênico não partiu da estaca zero, nem constituiu uma ruptura profunda com os governos anteriores, porém representou a forma mais acabada do paradigma da diplomacia do regime militar. O governo Costa e Silva, por exemplo, representou uma ruptura com o governo anterior de Castelo Branco, cuja política externa foi baseada por uma redução da perspectiva multilateralista, buscada pela política externa independente, antes de 1964. Com a Diplomacia da prosperidade do chanceler Magalhães Pinto, no governo Costa e Silva, busca-se uma política externa voltada para a autonomia e ao desenvolvimento, bastante semelhante à política externa independente, apesar de não fazer referência à reforma social, mas ressaltava as disparidades entre Norte Sul e o Brasil, que se colocava como uma nação do Terceiro Mundo, buscando alianças com o mesmo. (VIZENTINI, 2004:78)

### **Considerações finais**

Podemos concluir, então, que somente com a retomada das bases da política externa independente no período militar e sobretudo no período do governo Geisel, com a desideologização da nossa política externa - uma política mais pragmática, e a busca de uma diversificação de parcerias é que foi possível o estabelecimento das relações do Brasil com a República Popular da China em 1974, ainda que seja preciso levar em conta o cenário internacional da Détente, que proporcionou uma flexibilização ideológica.

De acordo com Paulo Vinentini, as relações Brasil-República Popular da China estão inseridas no contexto estratégico do pragmatismo, após o retrocesso nas relações, a partir de 1964. O relacionamento comercial ficou praticamente paralisado durante dez anos (de 1964 a 1974). Ao serem superados os embates entre setores contra e a favor da

aproximação com a RPC,o empresariado e parte do governo tentam lançar-se a essa investida,enfrentando a oposição de grupos ligados à doutrina da segurança nacional e ao combate ao comunismo. Para o autor,ainda,uma das medidas de maior impacto do Pragmatismo Responsável e Ecumênico foi o estabelecimento das relações diplomáticas com a China continental,em 15 de Agosto de 1974.Podemos perceber também que ambos os países convergem em termos de suas políticas externas adotadas,como o estreitamento com o Terceiro Mundo e a diversificação de parcerias para driblar o poderio do Primeiro Mundo.Conforme pode ser percebido ,a convergência de interesses dá-se também em temas como energia nuclear,direito do mar,direitos humanos,além da defesa uma Nova Ordem Econômica Internacional,de cunho terceiro-mundista,como pudemos perceber o caso do Brasil,no discurso de Azeredo da Silveira.Enfim,para Severino Bezerra Cabral Filho,

Em pleno governo militar, o Presidente General Geisel e o seu Chanceler Azeredo da Silveira retomaram a linha política do Governo brasileiro do início dos anos 60. Sob a fórmula do pragmatismo responsável, retomou-se grande parte do conteúdo das idéias forjadas nos anos 50, por tendências importantes que determinaram, e determinam ainda, a ação política do Brasil no mundo: a busca da independência e da defesa dos seus grandes interesses, que são os interesses de uma nação continental e de grande dimensão. Assim, o Brasil não poderia se limitar a ser uma pequena província do hemisfério Ocidental, o País possui grandes interesses no diálogo com todas as potências do mundo e entrevê a China como uma potência de problemáticas semelhantes.(CABRAL,2005)

Ainda segundo este autor, tal relação representa a aproximação entre dois grandes países em desenvolvimento.A política externa dos respectivos países deve ser orientada “no sentido da preservação da paz e segurança mundial, do respeito aos princípios de auto-determinação e de não-interferência em assuntos internos de cada país, e da plena aceitação das diferenças existentes na comunidade internacional”(CABRAL,2005). Aí reside ,portanto,a grande importância da relação do Brasil com a China ,como meio de driblar as tentativas hegemônicas das grandes potências,sobretudo os Estados Unidos.Busca-se uma maior autonomia e um maior poder de barganha por parte dos respectivos países frente à s grandes potências.

## **Bibliografia:**

ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. *A potência do dragão: a estratégia diplomática da China*. Brasília: Edunb, 1996.

CABRAL FILHO, Severino Bezerra. "O Diálogo Brasil-China: Perspectivas para o Século XXI" <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/china/11.rtf>. > Acesso em :20 de Fevereiro de 2008.

\_\_\_\_\_. "Alianças estratégicas para o Brasil, China e Índia" <<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/paginas/aliancachinaindia2005.pdf>. > Acesso em: 5 de Outubro de 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

DANTAS, San Tiago. "Discurso de posse" .Revista Brasileira de Política Internacional. Ano VII, n.27, 1964. Rio de Janeiro: Ibri, p. 464

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto: memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1968.

FRANCO, Álvaro da Costa. *Documentos da política externa independente*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LEITE, Patrícia Soares. "O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa :os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva". Universidade Federal Fluminense , Niterói, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Tavares. *O despertar da China*. 1.ed. , São Paulo: Aduaneiras, 1990

PINHEIRO, Leticia. "Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão" <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/125.pdf>> acesso em :10 de Julho de 2008

BECARD, Danielly Silva Ramos. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: FUNAG, 2004.

SILVEIRA, Antonio Francisco Azeredo. "Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores". Revista Brasileira de Política Internacional. Ano XVIII, n.69/72, 1975. Rio de Janeiro: Ibri, p.16-17.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)* ,2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2004.

\_\_\_\_\_. *As relações exteriores do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos. *O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo, Ática, 1991. Coleção "Princípios, vol. 181.